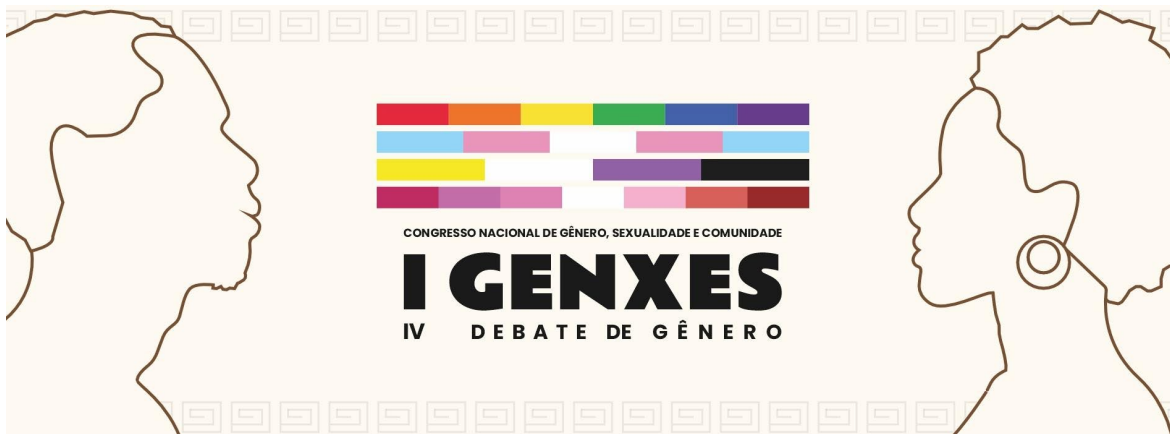




A MARCHA TRANS DO CARIRI E AS TERRITORIALIDADES LGBTQIAPN+: PRÁTICAS DE (RE)EXISTÊNCIA NO CARIRI CEARENSE

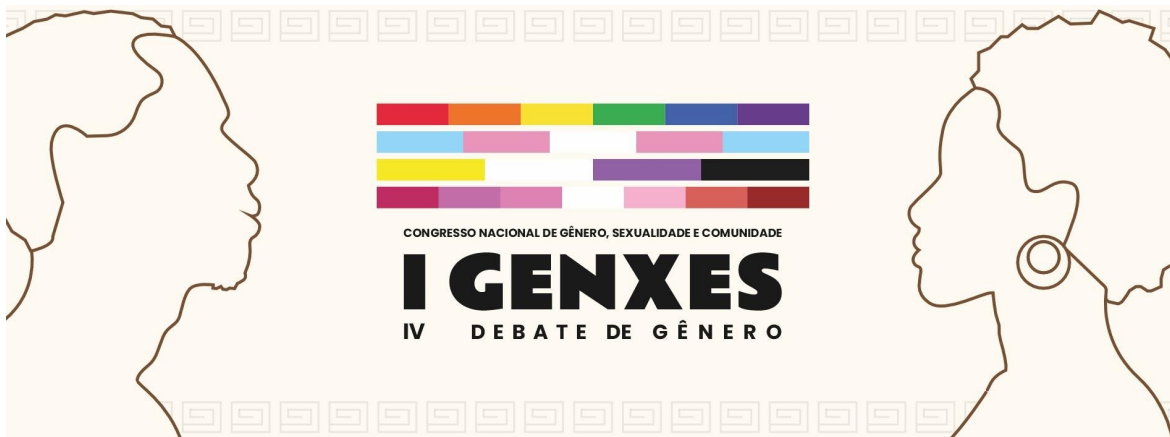
Eixo comunitário:
Movimentos Sociais, Gênero e sexualidade

Ana Verônica Barbosa Isidorio
Universidade Estadual do Ceará – UECE
E-mail: veronica.isidori@aluno.uece.br
Bolsista: CAPES

Orientadora: Dra. Camila Dutra dos Santos
Universidade Estadual do Ceará – UECE
E-mail: camila.dutra@uece.br

Resumo

A construção de territorialidades LGBTQIAPN+ em contextos periféricos envolve uma complexa articulação entre identidades dissidentes, disputas por visibilidade e enfrentamento das violências estruturais. Além do mais, aponta existências diversas atravessadas pelas relações não só de gênero e sexualidade, mas também racial e de classe, provocando a construção de um debate interseccional a respeito das sujeitas(os) que habitam esses lugares. No interior do Ceará, a Marcha Trans do Cariri, realizada nas cidades do Crato (2024) e Juazeiro do Norte (2025), emerge como um potente exemplo de como as pessoas LGBTQ+ reconfiguram os espaços urbanos por meio da ação coletiva. A partir de uma abordagem inspirada em Alex Ratts (2006), compreende-se o território não apenas como porção física, mas como construção relacional, afetiva e política. Este texto busca analisar o impacto da marcha como um processo de (re)territorialização e de formação política no sertão nordestino, evidenciando seus desdobramentos para a organização da população trans e travesti da região. Essa pesquisa parte da observação participante de uma mulher negra, professora, sapatão e protagonista nos movimentos sociais da região, e nasce como o propósito de juntar elementos concretos da articulação LGBTQ+ da região do Cariri, como forma de potencializar a luta por políticas públicas mais eficientes para essa população, em especial a política de educação e saúde. Portanto, trata-se de um trabalho que também afeta efetivamente a existência da pesquisadora. A ocupação das ruas por corpos e vozes dissidentes tensiona a normatividade espacial e revela o caráter performativo do território, tal como discutido por autores da geografia crítica (HAESBAERT, 2007). A Marcha Trans do Cariri desloca o debate sobre diversidade de gênero e sexualidade para além dos grandes centros urbanos, inscrevendo-o no cotidiano de cidades marcadas por fortes tradições religiosas e valores conservadores. Ao pautar demandas como cotas acadêmicas para pessoas trans, criação de ambulatórios especializados e empenho para política de empregabilidade



digna específicas na região, o evento revela a potência das territorialidades insurgentes, aquelas que emergem da luta coletiva por direitos e reconhecimento. Para além do ativismo, a marcha constitui-se como espaço pedagógico, onde se produzem saberes e se constroem novas subjetividades políticas. Inspiradas pela noção de educação como prática da liberdade (FREIRE, 1996), essas ações ampliam a consciência crítica e fortalecem redes de solidariedade. Como destaca Amara Moira (2020), ser trans em espaços historicamente excludentes é um ato constante de (re)existência. Nesse sentido, a marcha não apenas denuncia as ausências do Estado, mas propõe outras formas de habitar e (re)significar o território. A relação com a escola pública também se destaca, pois pessoas trans e travestis que participam da marcha relatam a escola como um dos primeiros espaços de exclusão e violência. Contudo, a presença dessas vozes nas ruas e nos debates políticos aponta para a urgência de repensar as práticas educativas. Incorporar a luta por reconhecimento de gênero e sexualidade no currículo escolar significa ampliar a noção de cidadania e consolidar a escola como território plural. A Marcha Trans do Cariri ressignifica o espaço urbano do interior cearense como território de luta, resistência e afirmação de existências dissidentes. Seu impacto vai além da manifestação pontual: transforma subjetividades, fortalece redes de apoio e tensiona as fronteiras entre centro e periferia, cidade e sertão, norma e dissidência. A partir das lentes da geografia crítica e das teorias interseccionais e decoloniais, compreende-se que tais práticas constituem formas legítimas e fundamentais de produção de território e de transformação social. Inserir essas experiências nos debates acadêmicos e escolares é reconhecer que os corpos LGBTQ+ não apenas resistem, mas reinventam os modos de viver e educar.

Palavras-chave: Marcha Trans do Cariri; Resistência LGBTQ+; Territorialidades LGBTQs